

A prosa típica dos livros de “auto-ajuda”

De certa forma, o livro que você tem em mãos poderia ser classificado como um livro de auto-ajuda. Eu realmente não gosto de encarar este livro dessa forma, pois certamente uma de minhas preocupações aqui é fazer você, leitor, me acompanhar em um ativo caminho de pensamento conjunto. Mas isso não costuma ocorrer naqueles livros que eu estou chamando aqui de “auto-ajuda” entre aspas, um tipo de livro que, não obstante procurar ser útil para o leitor, faz isso de uma maneira inadequada e freqüentemente falaciosa.

Acabamos de ver que a repetição do óbvio é uma tática muito usada e abusada nesse tipo de livro. Veremos agora que, além de serem repetidas, essas construções têm suporte pelo uso de analogias fracas, linguagem vaga e montagens ambíguas. Dão a impressão de que comunicam algo de valioso, pois quase sempre acabamos “concordando” com as noções que passam. Entretanto, basta um pouco mais de atenção ao texto para revelar aspectos inusitados, principalmente aqueles relacionados à justificação de uma idéia com algo que *parece* óbvio mas que na verdade é apenas sugestivo e deslocado.

O resultado final desse tipo de construção é quase sempre *inócuo*: fica-se com a impressão de se ter lido algo sem real valor. [romances] Infelizmente, esse tipo de estrutura é muito comum, até mesmo em livros de

romances

Neste caso, considero esses textos como equivalentes, em termos de resultados, ao conteúdo de um romance fictício. Tem-se, eventualmente, um prazer momentâneo, aquele que pode ser considerado equivalente a tomar um bom copo de suco natural de laranja. Nossa experiência com a deliciosa bebida reduz-se ao momento — o que, por si só, é excelente, pois nos dá a oportunidade de repetir o prazer no dia seguinte. Mas dessa experiência não fica muita coisa. Basta tentar recordar o que sobrou da última vez que você teve experiência similar. Já um conhecimento útil é aquele que tem o poder de *influenciar* nossos resultados por muito tempo além do momento em que o adquirimos. Nossas habilidades de raciocínio aritmético aproximado, por exemplo, podem nos fazer evitar pagar uma conta absurda em uma loja quando temos a impressão de que houve um erro de digitação na quantidade. É desse conhecimento (ou habilidade) útil que trato neste livro, quando falo em avaliação crítica do que nos é apresentado.

grande sucesso. Casos típicos costumam ocorrer dentro de “histórias com conselhos óbvios” como a que segue.

O Guardião do Mosteiro³⁰

“O mestre do mosteiro precisava selecionar um novo guardião para o palácio, já que o antigo morrera. Reuniu todos os seus discípulos e bem no meio deles colocou um precioso vaso contendo uma linda e delicada flor. Falou que esse era o problema que ele tinha e que precisava ser resolvido. Um dos discípulos sacou sua espada e arrebentou o vaso e a flor com um só golpe. Esse foi selecionado como guardião, porque não se importou com a beleza do problema, se é um problema precisa ser eliminado. Foi o único a passar no teste do mestre...”

A história é usada para apresentar a mensagem de que as pessoas devem se esforçar em reconhecer um problema independente de sua aparência exterior e assim atuar para eliminá-lo. Vamos ver a seguir algumas considerações que mostram porque a mensagem pode ser interpretada de forma inadequada.

Quem tem a percepção do problema?

A história apresenta uma situação com interpretações estranhas. Nada se fala, por exemplo, sobre a habilidade do guardião em localizar um problema *por sua própria percepção*. Mas se enfatiza o espírito de lealdade ao mestre com a destruição do problema, independente de qualquer outra consideração. Esta postura conduz à idéia de “obediência cega” que, em outras palavras, significa privilegiar a visão não crítica das coisas. Fica subentendido que, se o mestre falou, é porque deve ser verdade, afinal ele é “o mestre”. [☞gurus] O “melhor” dos discípulos foi aquele que não ousou sequer questionar nem entender o problema. Não pa-

rou para pensar se sua atitude, em situação tão estranha, não poderia ser pior do que não agir. Simplesmente desferiu seu golpe mortal, seguindo de forma automática aquilo que foi ordenado pelo mestre. Em outras palavras, o texto deixa implícita a mensagem “para que pensar, se alguém faz isso por mim”?

gurus

Grande parte dessas fábulas e contos orientais se baseiam em “mestres” e “gurus”. Os discípulos são incentivados a alimentar a noção de que “o mestre sabe mais do que eu, portanto tudo o que ele disser deve estar certo”. Isto é um *sério ataque* ao pensamento crítico, pois age como um sufocador da natural tendência que temos de questionar a origem das coisas. O melhor tipo de aprendizado é aquele no qual o professor se coloca no mesmo nível dos alunos, participando de suas dúvidas, entusiasmando-os a questionarem, redescobrimo as coisas com eles.

Quem é valioso, quem obedece ou quem percebe?

A concepção desse texto deixa clara a estrutura típica que queremos combater neste livro. A falta de visão crítica das coisas torna as pessoas em meros “robóznhos”. No passado, as empresas contratavam funcionários que obedeciam às regras mesmo sem compreendê-las. O melhor funcionário realmente era aquele que obedecia sem questionar, fazendo tudo sempre da mesma maneira, sem errar e com precisão. Entretanto, hoje já não é mais possível que as empresas sobrevivam com essa postura. O que vale nos funcionários de hoje é a vontade e disposição de compreender os problemas, de avaliar criticamente os aspectos envolvidos e de se prontificar a alterar regras passadas para melhorar o desempenho da empresa. A essa postura complexa nós podemos dar o nome de “criatividade crítica”. O texto é contrário a esta visão, age como anti-exemplo. Serviria para empresas de 50 anos atrás.

Quem fosse defender o texto poderia dizer “Ah, mas essa não é a intenção do texto, é claro que a interpretação correta é apenas sugestiva, alegórica, metafórica”. Bom, isso continua a ser um demérito da comunicação, pois é uma forma de reduzir o impacto da *essência* do que se quer comunicar por meio da ambigüidade e vagueza.

Mas o texto ainda continua a explorar essa prosa ambígua e inadequada e é aqui que o perigo principal aflora. Logo após o trecho do guardião do mosteiro, vai-se argumentar sobre a necessidade imperiosa de se desvencilhar dos problemas do passado. Isto é feito através das seguintes construções:

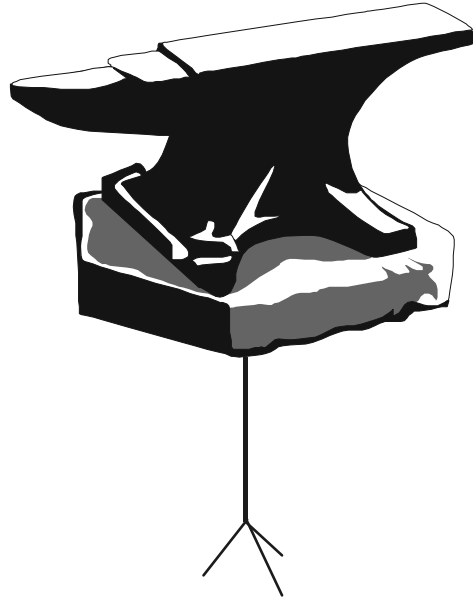
“Um problema é um problema, mesmo que se trate de uma mulher sensacional, um homem maravilhoso ou um grande amor que acabou. Por mais lindo que seja ou tenha sido, se não existir mais sentido para ele em sua vida, deve ser suprimido. Muitas pessoas carregam a vida inteira o peso de coisas que foram importantes no passado mas que hoje somente ocupam espaço...”

Essa passagem elabora a alegação principal do texto, com a qual, admito, não há muito a discordar: temos que saber avaliar aquilo que não nos serve mais e descartar essas coisas, ainda mais se estão nos impedindo de avançar. É claramente razoável, certo?

Só que mostrar essa idéia sem argumentos e sem justificativas significa apenas *apresentá-la como óbvia*. Se esse é o caso, então nem precisaríamos dizer nada, para que gastar papel à toa com isso? Só para repetir o que todo mundo já sabe? Entretanto, como essas afirmações podem *não ser óbvias para alguns leitores*, então simplesmente declará-las *também*

em nada irá ajudá-los a acreditar em suas alegações. Quem ainda não entendeu porque devemos nos livrar do peso do passado, *ainda continuará a não entender* após ler o texto. Nesse caso, o leitor é cético em relação ao que diz o texto, portanto *quer razões plausíveis* que o ajude a aceitar o ponto explicitado pelo autor.

Dessa maneira, aquilo que sinceramente esperamos em seguida a essa passagem é que o autor possa nos *convencer* de sua afirmação, que possa listar os pensamentos e as premissas que sustentem a verdade do que está sendo colocado. Só com isso seria possível *aumentar* nossa crença, caso já achemos a mensagem óbvia, ou então *convencer-nos da sua validade*, caso não a achemos óbvia. É isso o que intuitivamente aguardamos, mas a justificativa oferecida para essa alegação é feita através de argumentação falaciosa e de uma conclusão bastante questionável:



“Os orientais dizem: para você beber vinho numa taça cheia de chá, é necessário primeiro jogar o chá para, então, beber o vinho. Ou seja, para aprender o novo, é essencial desaprender o velho...”

Este é o principal ponto de minha crítica ao texto. Localizo dois problemas nesse trecho. Primeiro, uma taça de chá não é uma boa analogia para a questão. Fica aqui uma idéia de “desperdício irracional”, já que seria possível conceber outras formas de se beber o vinho sem ter que necessariamente jogar fora o chá. Mas qual a relevância dessa minha crítica? Não deveria eu tolerar essa forma de expressão? Não seria essa simplesmente uma *construção literária*, com beleza retórica, uma forma de ilustrar uma visão? Por que insisto em criticar isso?

Eu critico isso por causa do segundo problema, que é o maior dessa construção: esse trecho inicial *está sendo usado como premissa para justificar uma conclusão* (“Ou seja, para aprender o novo, é essencial desaprender o velho”). Ora, isso não é óbvio! É, na verdade, bastante questionável. Não é trivial, requer forte justificação. O resultado final é que se

faz uso de uma *analogia imprópria e fraca* para tentar providenciar algum suporte para a duvidosa idéia de que se deve esquecer o passado para acolher o futuro. Esta realmente não é uma idéia tão óbvia assim. [☞inócua] Portanto, além de apresentar uma premissa ruim, a própria conclusão é muito fácil de ser questionada. Essa conclusão não parece ter nenhuma relação de implicação com as premissas oferecidas, sendo um caso clássico de *non se-*

inócua

O resultado prático dessa construção inócua é esse: entra por um ouvido e sai pelo outro, da mesma forma que as historinhas sobre bruxas malvadas voando em vassouras que contamos para nossas crianças. Daí vem a idéia de que construções desse tipo são tão satisfatórias, como já disse, quanto um bom copo de suco de laranja. Ótimo enquanto você o sorve — isto no caso de você gostar de laranja, ou, respeitando a analogia, se você gostar de textos com esses “fundos moais” —, mas inútil no dia seguinte. Infelizmente, essas construções são bastante comuns na literatura de “auto-ajuda”, envolvendo várias dezenas de autores e editoras, e representando muito das vendas de livros da atualidade.

quitur (conforme veremos no próximo capítulo). O texto ainda traz uma idéia criticável, a de que devemos jogar fora parte de nossas experiências para “ter espaço” para a entrada do “novo”. [☞analogia]

A conclusão tanto é ruim que acho muito mais plausível defendermos a idéia exatamente oposta: não é conveniente esquecer o passado para “dar espaço ao novo”, pelo contrário, devemos mesmo é lembrar muito bem desse passado para podermos *compará-lo* com o que vier pela frente. Só temos que aceitar o novo *quando esse novo se mostrar realmente melhor do que o velho*. Caso esse novo não seja igual ou melhor, é recomendável ficarmos com o velho.

E para fazer isso, não é “essencial desaprender o velho” como diz o texto, mas sim é imprescindível que *lembremos* do velho. O pensamento crítico e racional se baseia muito na idéia de compararmos as novas idéias, teorias, hipóteses, emoções, sentimentos, intuições, etc., com aquelas que carregamos historicamente. É racional e saudável mantermos conosco aquelas idéias que sobrevivem a uma comparação lúcida, aquelas que realmente julgamos ser melhor, *independente* de serem idéias novas ou velhas, minhas ou suas, de amigos ou de inimigos. O texto defende a idéia

de que o “novo” é sempre melhor e que deve sempre substituir o velho. Seguir este conselho à risca pode ser, em alguns casos, até mesmo perigoso.

analogia

É preciso realçar bem o principal pecado cometido por esta analogia. Está sendo usada uma analogia em que forçosamente — esquecendo-se de outras possibilidades teóricas irrelevantes — temos que “providenciar espaço físico” em uma xícara para que ela possa acolher o vinho. Só dá para fazer isso, segundo o autor, jogando fora o chá. A situação, em termos físicos, é correta e convincente. Mas isto não tem nada a ver com a questão do aprendizado, na qual *não existe* essa questão de “espaço físico limitado” que é tão vital em uma xícara. A mente humana, embora certamente limitada em vários aspectos, não guarda similaridade com xícaras ou qualquer outro tipo de recipiente físico. É algo cuja capacidade é indeterminada *a priori*, algo que não podemos associar com o tipo de limitações que carrega um objeto material, que é um receptáculo de algo também material como um líquido. Assim, a única forma de interpretar essa passagem é através da exclusão consciente de sua implicação irracional. O que sobra então? Nada. Sobra a fé cega, uma mensagem circular do tipo “acredite nisto, porque você precisa acreditar nisto”. Para encontrar algum sentido nessa construção, temos que nos fixar em seus aspectos “óbvios” ou alegóricos/sugestivos, ou seja, *justamente aqueles que não têm poder algum para suportar a conclusão que queremos justificar*. Mas então, por que gastar tempo com a elaboração e leitura de textos como esse? No frigar dos ovos, eles não parecem acrescentar muito.

O mais estranho de tudo isso é a imensa popularidade obtida por esse tipo de livro. É como se as pessoas procurassem por uma auto-ajuda mas não soubessem avaliar quando realmente a encontram. O sucesso financeiro dos autores desse tipo de livro é bastante para fazê-los produzir cada vez mais. Mas é interessante acompanhar o que ocorre com certos autores quando eles são flagrados tentando resolver, para si mesmos, os problemas que querem ensinar através de seus livros. A americana Ellen Fein virou celebridade após lançar seu livro *As 35 regras para conquistar o homem perfeito*. Pelo título, já é possível antever que se trata “daquele” tipo de livro. Um milhão de exemplares depois (e muitos milhares de dólares no bolso), Ellen escreveu o segundo volume. Já estava se preparando para o terceiro quando explode o escândalo de sua vida pessoal: ela está separada do marido há mais de um ano³¹. Mantido em sigilo para não afetar as vendas, o episódio serve de alerta para o real significado desses livros de “auto-ajuda”: são galinhas de ovos de ouro para seus autores, meros preenchedores de espaço em prateleira para seus leitores.

O idealismo, o solipsismo e o pós-modernismo

Nossa jornada pelos males da linguagem vai passar agora por um terreno filosófico nada simples. Como o assunto é um pouco abstrato e complexo, convém iniciar com uma situação prática.

Suponha que você foi visitar um museu de cera. Lá chegando, ficou encantado com todas aquelas figuras humanas, representações notáveis e detalhadas de pessoas, trajes e épocas. Com todo esse ambiente a impressioná-lo, você não percebeu que havia chegado a hora do fechamento do museu. Por um descuido, os guardas não viram que você ainda estava lá. Você estava agora trancado naquele museu e aparentemente sozinho. Sua reação imediata é gritar “Ei! Tem alguém aí?”. O silêncio que se obtém como resposta é angustiante e sua garganta dá um nó. Somente as figuras de cera parecem lhe fazer companhia agora. Toda a sua realidade foi reduzida ao interior daquele museu.

O Idealismo é um movimento filosófico³² que pode ser entendido usando-se esse tipo de situação como abstração do que ocorreria em nossa mente. Estamos sozinhos dentro de nós mesmos e tudo o que presenciamos são apenas nossos próprios estados mentais a nos fitar, como as figuras de cera. O idealismo prega que a nossa mente é a realidade mais básica e que o mundo físico externo existe para nós apenas como uma aparência ou expressão mental interna. Segundo os idealistas, não temos contato direto com a realidade exterior, mas apenas com nossas impressões mentais e sensoriais. Assim, aquele copo que enxergo sobre a mesa agora é, na verdade, uma construção de minha visão, uma seqüência de pulsos elétricos circulando por meus neurônios. É isso que “enxergo”, e não o copo em si.

Não é difícil entender porque essa visão é tão tentadora. Desde René Descartes (1596-1650) conhecemos o famoso princípio *Cogito, Ergo Sum* (Penso, Logo Existo). Descartes procurava pensar acerca da única coisa sobre a qual ele poderia ter certeza absoluta. Poderia ele dizer que aquela árvore que vemos ali é real? Não, pois essa árvore poderia ser apenas uma ilusão, uma peça pregada por um “demônio” invisível que estivesse constantemente nos enganando. Assim, Descartes foi questionando uma a uma todas as suas noções sobre a realidade, tentando encontrar aquilo que não pudesse ser resultado de uma ilusão. Em suma, ele queria responder à pergunta “Qual é a única coisa da qual podemos ter *absoluta certeza*?”. Daí, concluiu: eu sei que existo, pois estou pensando agora, não há como me iludir acerca disso. [comportamento] O Idealismo passou por diversos estágios, mas hoje em dia é meramente assunto de discussão filosófica entre estudantes. Mesmo assim, o Idealismo foi importante, pois suas proposições alimentaram instigantes questões.